

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.260 - SE (2018/0304763-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ALPHAVILLE SERGIPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
LTDA
RECORRENTE : PONTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : ANDREA SOBRAL VILANOVA DE CARVALHO - SE002484
FRANCISCO TELES DE MENDONÇA NETO E OUTRO(S) -
SE007201
RECORRIDO : KARLA MARIA BARBOSA VASCONCELOS LIMA
RECORRIDO : MANOEL BERNARDINO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO : RUY ELOY GUIMARÃES - SE002696

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS RETENÇÕES INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS DECLARATÓRIA NULIDADE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - ATRASO NA ENTREGA SEM C/C POR C/C DE DE INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ATRASO NA ENTREGA DO EMPREENDIMENTO POR FATO ATRIBUÍDO À VENDEDORA INOCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR - AUSÊNCIA DE PROVA DA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - ART. 14, §3º, DO CDC - IMEDIATA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO PROMITENTE COMPRADOR INTEGRALMENTE, EM CASO DE CULPA — EXCLUSIVA DO PROMITENTE VENDEDOR/CONSTRUTOR - APLICAÇÃO DA SÚMULA 543 DO STJ - COBRANÇA DE TAXA CONDOMINIAL E DE IPTU - AUSÊNCIA DE ENTREGA DO IMÓVEL - ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO PREVISTO CONTRATUALMENTE A PARTIR DO MOMENTO DE CADA DESEMBOLSO IGP-M - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

Sustentam os recorrentes ser descabida a condenação em danos morais por conta do atraso na entrega do imóvel.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto ao tema suscitado, pois é estranho ao julgado recorrido, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

